

PRÁXIS

ENTREVISTA

EDNA MARIA RAMOS DE CASTRO

TRAJETÓRIA ACADÊMICA E INTERDISCIPLINARIEDADE: REFLEXÕES SOBRE A (DES)CONSTRUÇÃO DAS MATRIZES CONCEITUAIS DO DESENVOLVIMENTO NA AMAZÔNIA

Por Revista Terceira Margem Amazônia:

Gutemberg Armando Diniz Guerra

Armando Lirio de Souza

Jornalista convidado: Alexandre Gibson

Edna Maria Ramos de Castro, professora do Núcleo de Altos Estudos Amazônicos (Naea), da Universidade Federal do Pará

Edna Castro nasceu em Belém, mas foi durante a infância, nas férias na casa de seus avós maternos, à beira do rio Acará (próximo à embocadura do rio Moju), que teve seus primeiros contatos com as áreas ribeirinhas da Amazônia. E foi assim, ainda na infância, nas travessias frequentes entre a cidade e o interior, que surgem provavelmente inquietações de pesquisa sobre os mistérios da Amazônia. Originária de uma família paraense, descendente de portugueses, estudou no Grupo Escolar Floriano Peixoto e depois no Colégio Santo Antônio, da Congregação Doroteia, onde foi presidente do grêmio estudantil.

Foi nas quadras da escola, no período da juventude, que começou a desenvolver uma formação política e, junto a outros colegas, contestou a ordem social e religiosa e a educação seletiva e sexista, dominantes nas

instituições de ensino confessional. Por isso transferiu-se para o Colégio Estadual Paes de Carvalho, na época, palco principal das lutas estudantis pela democratização do ensino, pelo ensino público e contra a desigualdade social. Atuou na União Secundarista do estado do Pará e, posteriormente, na União Nacional dos Estudantes. Essa participação foi fundamental na escolha do curso de Ciências Sociais, pois queria entender os processos sociais e, sobretudo, a dimensão política da vida social. Estudou na UFPA no *Casarão da Generalíssimo*, onde funcionava o Curso de Ciências Sociais da Faculdade de Filosofia, e onde encontrou colegas como Roberto Cortez, Isidoro Alves, Layse Sales Verberg, entre outros que atuaram efetivamente nas lutas nacionais pela democracia e contra a ditadura, concomitantemente às lutas pela regulamentação da profissão do sociólogo. Fez mestrado (1978) e doutorado (1983) em Sociologia, ambos na École des Hautes Études en Sciences Sociales, em Paris. Atualmente, Edna Maria Ramos de Castro é professora associada IV da UFPA, do Núcleo de Altos Estudos Amazônicos; e foi professora visitante da Universidade de Québec, no Canadá; da Universidade de Brasília, no Departamento de Sociologia; e na Université Le Havre, na França. Além disso, foi diretora do Naea, da UFPA, nos períodos de 1997-2000 e 2005-2009. Suas experiências acadêmicas estão sempre voltadas para a área da Sociologia, com ênfase no debate do desenvolvimento, sociologias política e urbana, atuando principalmente nos seguintes temas: políticas públicas, trabalho, identidade, populações tradicionais, desenvolvimento e meio ambiente.

Revista Terceira Margem Amazônia (RTMA): *Você foi uma das fundadoras da Associação Regional dos Sociólogos? Explique como iniciou esse processo e quais os seus fundamentos.*

Edna Castro: Na realidade, foi uma iniciativa a partir de um grupo de colegas interessados na institucionalização das ciências sociais na Amazônia e na criação de um espaço de debate sobre as questões sociais e políticas no país. Viviam-se um momento especial no Brasil, um movimento de conscientização, ainda que tardio, sobre a enorme desigualdade social, a discriminação racial e a violência do poder, e os estudantes tiveram papel importante na crítica ao colonialismo interno. Aquelas ideias eram incentivadas por uma perspectiva da sociologia, que cobrava atitude e engajamento na práxis, consciente do papel social e político das ciências sociais, e que se inspirava em formulações de autores como Florestan Fernandes. Neste contexto se encaixava a luta pela profissionalização do sociólogo, e então foi criada uma Comissão de Soció-

logos, da qual participaram a Maria José Jackson, Roberto Cortez, Mariano Klautau e Maria de Fátima Carneiro. A falta de canais para manifestação política na década de 1970 fez com que os interesses acabassem convergindo para uma militância profissional. Então, a Comissão Regional de Sociólogos passou a ser um espaço de organização de eventos políticos e de debates, para fomentar o contato com outras organizações nas esferas regional e nacional. Ela passou a editar a revista *Teoria, Debate e Informação*, da qual fiz parte do grupo fundador. Esta revista divulgava entrevistas e debates muito interessantes, publicávamos artigos e ensaios. Naquela época não era muito comum no meio acadêmico, no Norte, certamente, a produção de artigos com resultados de pesquisa. Além disso, produzíamos eventos, gravávamos e depois divulgávamos. A revista teve este papel de ligação entre teoria, debate e informação. Um meio de discussão para aprofundar questões teóricas, conceituais, na perspectiva da ação política, da interpretação da realidade regional, da construção da crítica numa sociedade marcada pelo silêncio e pelo medo da ditadura. Nós entendíamos que o conhecimento deveria ser produzido e, ao mesmo tempo, socializado; achávamos que era preciso construir um meio de informação que não fosse o espaço hegemônico dos jornais e de outras revistas que existiam na época e que formavam a opinião pública, mas na direção da subordinação e do colonialismo.

RTMA: *Qual a sua experiência inicial e oportunidades que teve para fazer pesquisa, considerando que a pesquisa em ciências sociais, sua institucionalização e ampliação por grupos e temas não é muito antiga?*

EC: Na graduação, estagiei no Museu Paraense Emílio Goeldi como estudante de Ciências Sociais. Naquela época era muito difícil se inserir em pesquisa na UFPA, pois havia poucas pesquisas e grupos instalados. O museu, que era uma das poucas referências no campo, realizava um encontro semanal, no formato de seminário, com os pesquisadores e estagiários da instituição, em que eram debatidos textos e experiências de pesquisa sobre diversos temas da antropologia e arqueologia. Às vezes era um texto para analisar, às vezes era algo para refletir ou uma apresentação de algum pesquisador e, ao final, nós debatíamos. Tive a felicidade de frequentar, enquanto estudante, esses encontros dirigidos por Eduardo Galvão, e continuei depois de formada. Naquela época, bolsa de pesquisa era uma coisa raríssima, difícil de obter, a não ser que o aluno estivesse em um dos (poucos) projetos existentes no MPEG. Sendo assim, continuei frequentando a biblioteca do museu e os seminários.

RTMA: *Você iniciou sua trajetória na UFPA pelo Departamento de Sociologia?*

EC: Sim, fui aprovada em concurso público da UFPA, em Sociologia e Metodologia das Ciências Sociais, mas acabei optando pela vaga de Sociologia. Lecionei várias disciplinas, entre elas Introdução à Sociologia, Teorias Sociológicas e Sociologia Rural e Urbana. Em 1978 fui fazer pós-graduação na França, mestrado (DEA) e doutorado. Retornei em 1983 para o Departamento de Sociologia, onde elaborei um projeto de Curso de Especialização, aprovado com recursos pela Capes, intitulado Teoria Sociológica e Sociologia no Brasil. Alinhava temas clássicos e contemporâneos e atendia ao perfil da nossa graduação. A ideia era discutir teoria sociológica de forma densa, crítica e reflexiva, e que fosse introduzido e institucionalizado, nesse âmbito, o debate da sociologia produzida no Brasil e na Amazônia. Era um curso voltado para os próprios professores do departamento, pois estávamos em processo de reconstrução do curso de Ciências Sociais e, ao mesmo tempo, para desenhar uma possível pós-graduação *stricto sensu*, pensando que poderia ser o embrião de um futuro curso de mestrado em Sociologia. Eu tive muita sorte, pois consegui recursos da Capes e consegui trazer nove professores de universidades renomadas, entre eles José de Souza Martins, Gabriel Cohn, Luiz Antônio Machado da Silva, Vera Lúcia Bogus, Maura Bicudo Vera, Elisabete Souza-Lobo, Maria Célia Paoli, Basílio Sallum e Octavio Ianni. O curso foi muito bem recebido, apesar de certa resistência por parte de alguns colegas do departamento, que achavam necessário mais tempo para pensar um mestrado.

RTMA: *A senhora tem quase 30 anos de trabalho dedicado ao Núcleo de Altos Estudos Amazônicos da UFPA (Naea). Como foi a sua inserção e trajetória no Naea?*

EC: Um dia, no Museu Goeldi, me encontrei com o Samuel Sá, que era pesquisador da instituição, e foi ele que me informou que a UFPA iria lançar um projeto novo que envolvia a pós-graduação e a pesquisa, o curso de especialização Fipam (Formação Internacional de Especialistas em Desenvolvimento de Áreas Amazônicas). Acabei me inscrevendo. Cabe ressaltar que foi o primeiro curso de pós-graduação na área de humanidades na Amazônia. Na UFPA, outro se instalara no mesmo momento, mas na área de geociências. Por muitos anos foram as únicas pós-graduações ofertadas na UFPA. O Fipam foi um curso concebido para um ano, com jornada integral de oito horas, aliando o ensino à inserção obrigatória dos discentes

em grupos de pesquisa. E a monografia final, produzida coletivamente por cinco discentes e orientada por um grupo interdisciplinar de docentes. O interessante é que o curso tinha uma perspectiva interdisciplinar, e, desde o início, o corpo docente definiu um caminho da interdisciplinaridade tanto pelas formações distintas dos docentes quanto pelo perfil dos alunos, que vinham de várias áreas de formação – das engenharias às ciências sociais e biológicas. O curso, de certa forma, pesou na minha trajetória de pesquisa e interesse maior pela Amazônia. Mas somente em 1985 fui trabalhar no Naea, ministrar uma disciplina – Teorias do Desenvolvimento – a convite do professor José Marcelino Monteiro da Costa, que era coordenador do núcleo. Aceitei e, por muitos anos, lecionei essa disciplina na perspectiva das ciências sociais, embora dando também aulas do Departamento de Sociologia. Em determinado momento a compartilhei com Marcos Palácio, hoje da UFBA, mas que passou vários anos trabalhando no Naea.

RTMA: *O que você acha que influenciou mais a reflexão na discussão do desenvolvimento e quais os professores a quem você atribui esta influência?*

EC: Eu tive muitos bons professores no Fipam, como o Roberto Santos, o Samuel Sá, o José Marcelino Monteiro da Costa, o Armando Mendes. Marcelino foi muito atuante e implantou o programa de mestrado/Plades, programas de pesquisa e cooperação interinstitucional. O Armando Mendes teve papel importante de pensar a instituição, de conceber um modelo de ensino/pesquisa inovador, de pensar a Amazônia e apostar no desenho da interdisciplinaridade. Mas a execução dos programas foi, sobretudo, de Marcelino e uma equipe relativamente expressiva de professores. Havia muitos professores e, ao longo dos anos, eles trouxeram o financiamento da OEA, da Fundação Ford, financiamentos que proporcionaram a vinda de professores de referência internacional no Planejamento Urbano e Regional. Eram professores de outros estados do Brasil, da Flórida, da Califórnia, da Inglaterra, dentre outros. Onde existia debate sobre desenvolvimento, sobre planejamento, eram convidadas pessoas proeminentes para virem a Belém e, em geral, ministravam cursos de uma a duas semanas. E, além dos cursos, os professores do Naea davam aulas. Lembro que o Marcelino lecionava as disciplinas Macroeconomia e Teorias de Desenvolvimento. O tempo era curto, tínhamos um professor por semana e era muito intenso. Você ficava quase numa instituição total e vivia profundamente aquele mundo. Lembro-me de quando terminou o curso, da dificuldade de uma reinserção em uma nova atividade na universidade, porque ficou um grupo

que era muito coeso, debates interessantes e questões levantadas que iam da área política ao meio ambiente. Em várias disciplinas se discutia sobre o meio ambiente, inclusive vieram pessoas de referência que estavam começando a formular, naquele momento, novas problemáticas na perspectiva da ecologia política. Recentemente, estava revendo um desses programas, por acaso, mexendo em um velho arquivo, e vi que havia disciplinas bem avançadas. Mas não se discutiam dimensões históricas, movimentos sociais, uma vez que essas discussões, na década de 1970, estavam bloqueadas pela ditadura, mas também pelo olhar colonial da própria universidade. E, na realidade, não era proposta do Naea, mais voltado ao *planejamento do desenvolvimento*, pela ótica do Estado. Acredito que havia uma fragilidade no campo da sociologia, da antropologia e da história. E a área dominante acabava sendo a economia e sua aplicação na área do planejamento do desenvolvimento, e algumas disciplinas técnicas sobre desenvolvimento. Este era um pouco meu embate lá dentro, porque se tentava esboçar a crítica sociológica na discussão, mas era difícil, pois, naquele momento, essas dimensões não entravam à altura de uma correlação de forças no âmbito do processo de planejamento. Variáveis que eram deixadas congeladas, ou seja, não debatíamos todos os problemas relacionados ao conflito. Porém, uma das monografias do curso foi sobre colonização e fronteira, e discutia necessariamente a questão do conflito. Foi o único grupo que conseguiu discutir o estudo da fronteira, da colonização e os novos processos de tensão que ocorriam na Amazônia.

RTMA: *Em termos de mudanças teórico-metodológicas na trajetória do Naea, houve um momento em que, no Brasil, a vertente de planejamento foi muito forte nos estados. Tinha todo este esforço da captação de recursos internacionais, seja com formações de especialização, seja em mestrados em Planejamento. Era Planejamento do Desenvolvimento, era Planejamento de Desenvolvimento Rural Integrado. Foi o tempo dos famosos Projetos de Desenvolvimento Regional Integrado e Sustentável (PDRIs). No Nordeste isto era muito forte, no Ceará, Bahia e Pernambuco. E eram cursos, digamos assim, que preparavam técnicos para este enfrentamento de elaboração de projetos de captação de recursos, mas sem uma reflexão mais profunda do processo de desenvolvimento. Nesse contexto, porque o Naea acabou sendo uma referência, em que momento você vê esta evolução do Naea e a importância em termos de contribuição para esta vertente inovadora na construção do conhecimento do país e, particularmente, para a Amazônia?*

EC: O Naea foi criado em 1972, mas começou a funcionar em 1973, com o Fipam. Ou seja, sendo do início da década de 1970, foi contemporâneo de outros programas de pós-graduação em planejamento no país. E uma instituição que é um desdobramento do que ocorreu na década de 1950, no Brasil, que foi uma época em que se fortaleceu uma hegemonia nacional desenvolvimentista. Uma ideia construída para fortalecer a noção de nação, sobre a qual se articula a de desenvolvimento. Na década de 1960, as crenças no desenvolvimento se tornam a base do pensamento hegemônico, mas emergem também contradiscursos que questionam o que está determinado como estatuto nacional desenvolvimentista. Esses contradiscursos trazem uma série de novas questões através do movimento estudantil, através do movimento operário, através das oficinas de produção da contestação na área da arte, como o teatro de arena e as pequenas publicações de bolso que mostram dados de pobreza, de analfabetismo. Deste lado que não se fala no âmbito nacional desenvolvimentista, que é o lado da contradição de classe, da alienação, da pobreza, da proliferação de uma violência urbana e no campo. E isto aparece na década de 1960, e tem tudo a ver com as lutas pelas reformas no país, e o Golpe Militar, e com a história que nós conhecemos.

Então, eu acho que o Naea vem nesta esteira, porque ele aparece junto com vários institutos no Brasil. Quer dizer, ele vem com a proposta de criar uma ordem de intelectuais que pensa o planejamento do desenvolvimento, que é outro patamar pra desenvolver o país, que segue a ideologia nacional desenvolvimentista, mas de forma mais estruturante, e a racionalidade e presença de intelectuais, através da ciência, que é chamada para *racionalizar* o processo de desenvolvimento, racionalidade instrumental, apoiada em informação e no domínio da norma. A diferença é que o Naea nasce interdisciplinar. A ideia era: nós não queremos só economistas falando de planejamento, nem apenas sociólogos. Nós queremos que seja uma perspectiva interdisciplinar, para ajudar a construir uma dimensão de interface: olhares diferentes. Então você tem outra configuração do quadro, e esta foi considerada, por exemplo, pelo professor Armando Mendes, com originalidade. Não se trata do ponto de vista da crítica teórica. Ele nasce na construção de um formato de intelectuais que pensam a região de forma interdisciplinar, e que passam a fazer a crítica do desenvolvimento, mas é o desenvolvimento capitalista, é o planejamento como uma ordem social dominante. E eu acho que é nesta linha que vai o livro do Armando Mendes, *A invenção da Amazônia*. O livro demonstra uma invenção, mas é uma invenção da Amazônia pela razão do desenvolvimento e pela ação do planejamento, embora sinali-

zando para a “redução sociológica” na ótica de Guerreiro Ramos. Não é uma crítica radical ao pensamento social na Amazônia e, por isso, a diferença entre este livro e o de Neide Gondim, que se chama também *Invenção da Amazônia*, a partir de uma crítica mais radical à construção do pensamento sobre a Amazônia – dos viajantes estrangeiros ao colonialismo presente no Brasil. Como foi pensada a Amazônia no pensamento colonial, por aí é a crítica ao pensamento colonial em busca do El Dorado, dos viajantes que vieram da Europa, dos pesquisadores, das expedições, dos padres, da Igreja, como eles pensaram, quer dizer, como eles construíram este olhar sobre a Amazônia, como inventaram a Amazônia, a ocidentalizaram pela tradução do seu olhar. E esta invenção é a representação que domina hoje no pensamento do brasileiro e nos seus estereótipos sobre a Amazônia. Eu participei do livro *A invenção da Amazônia*, do Armando Mendes, junto com mais dois colegas, Jean Hébette e Roberto Ferreira.

Nós fomos um pouco caixa de ressonância para discussão, e organizamos dados, comparando, examinando, sugerindo. E eu acho que este livro interpreta bem a perspectiva do Naea. Acredito que a trajetória do Naea acompanha uma trajetória nacional de discussão. Acho que isto também é outro valor, porque, depois das décadas de 1960 e 1970, ela colocou novas questões de pesquisa para a sociedade brasileira. Ela desafiou, apesar da ditadura, apesar de os institutos de pesquisa estarem fechados, de bons intelectuais críticos terem ido embora do país, apesar de vários títulos de história estarem praticamente paralisados. Apesar disto, nós temos a sociedade brasileira colocando outras questões na década de 1970 – e o movimento social também. E isto se reflete nas universidades, e o Naea era um lugar de demanda. Era um lugar onde os intelectuais faziam pesquisa. Na década de 1970 há uma reconfiguração: os movimentos sociais começam a aparecer. Na década de 1980 eles se escancaram, e o Brasil real se mostra cada vez mais. E, com isso, a importância das ciências sociais na época, a sociologia, por exemplo, porque ela dá uma guinada para absorver, discutir e trazer para dentro da sala de aula o que ocorria no campo político da sociedade brasileira. Não é para pautar apenas o debate dos intelectuais, e sim fazer discussão com os movimentos sociais, como o movimento urbano, os movimentos camponeses, e discutir a instalação dos grandes projetos, como Tucuruí. Desde a década de 1980, Tucuruí passou a ser objeto de discussão dentro do Naea – o Grande Carajás, o projeto Calha Norte, o Polamazônia, enfim, continua a discussão sobre a fronteira, a questão fundiária e os processos de conflito. Nós saímos fazendo seminários e, imediatamente, catalisando forças, levando informações para

a imprensa nanica, que era quem conseguia divulgar, tipo o *Jornal Resistência*. Então, eu acho que o Naea acompanhou este momento nacional, de luta pelas Diretas já, de luta pela Constituinte. Isto fez com que houvesse uma politização, por certo questionada, do ensino e da pesquisa. Hoje, talvez, menos interpretação política, da economia à ecologia política, ou dos estudos pós-coloniais, e mais interesse pela razão da gestão, pelo pensamento formal e pela solução de problemas.

RTMA: *Eles criaram esta estrutura do Naea, deram esta visão interdisciplinar; e como nós aqui, nos anos 2000, estamos pensando o curso? Quais são as novas perspectivas nesta construção de novos atores acadêmicos que fazem parte do Naea?*

EC: Mas eu acho que o debate ambiental, isso é geral, não só no Naea, desviou um pouco. É manejo, gestão de florestas, dispositivos legais – perdeu um pouco o eixo da discussão; não se discutem modelos de desenvolvimento macro, não se discutem perspectivas para investigar o futuro.

RTMA: *Sobre os seus trabalhos na área de cinema: todos eles traduzem uma preocupação conceitual histórica?*

EC: *Marias da castanha* é resultado das pesquisas sobre as fábricas de produtos regionais, destacando as fábricas de castanhas em Belém. Busca retratar, na cidade, os bairros onde as trabalhadoras moram, e as lutas urbanas que travam dentro do bairro. A vida das operárias na fábrica e a briga por um lugar no bairro, no Jurunas, cidade que se fez pela ocupação. São mulheres que lutam pela terra, para ter a casa onde morar. Além disso, elas têm dupla jornada, trabalham e cuidam dos filhos.

Outro filme trata das pesquisas sobre os grandes projetos de mineração e os conflitos provocados pela sua expansão sobre terras da pequena produção agrícola. *Fronteira Carajás* retrata o projeto Ferro Carajás; é sobre a estrada de ferro, aborda os migrantes que vêm e vão, e os que ficam à beira da estrada vendendo comida nas estações de trem. Expõe o discurso do seu Almir (Ferreira Barros, ex-presidente do STR de São João do Araguaia), dos sindicalistas, do pessoal do movimento camponês, dos operários das fábricas guseiras de Açailândia, e o discurso dos visionários, dos caras da cidade que pensam a cidade daqui a dez, trinta anos, e que podem configurar a direção da expansão urbana pela especulação imobiliária. Acho que foi legal fazer estes filmes. Eles sintetizaram bem algumas ideias tratadas nas pesquisas.

RTMA: *Eu vi no seu discurso sobre o Naea que aparece uma crítica ao conceito de desenvolvimento, esta construção de desenvolvimento de 2008-2009, e que levou você a ter um embate forte com David McGraph sobre como ele colocava uma inexorabilidade, um tipo de desenvolvimento que não tinha como fugir. Como é essa discussão dentro do Naea e a sua perspectiva futura?*

EC: Houve uma confrontação na instituição nos anos 1990, e a saída de vários professores, entre eles o Jean Hébette, o Heraldo Maués, o Lucio Flavio Pinto, o Samuel Sá, a Edila Moura, a Aurileia Abelém, e que tinham um perfil mais político e sociológico da interpretação da realidade. Na verdade, eles não abriam mão desta dimensão política da leitura da realidade e, por isso, ficou este vazio de interpretação desta perspectiva. E, em contrapartida, foi tomando conta uma interpretação biologista da realidade amazônica, conceitos que focalizam o “verde”, as relações ecológicas e a preservação da floresta. É um *modus operandi* que preza mais o fazer do que o pensar. Decorrente um pouco da influência, na época, de ONGs ambientalistas de perfil mais biologizante, às vezes financiadas por organizações sem compromisso nenhum com a história da região, com sua história socioambiental e com concepções e/ou compromissos de preservação e de conservação da natureza *acríticas* e supostamente *apolíticas*. Dentro do Naea havia, a propósito desse tema, várias posições de professores que divergiam na interpretação. E a entrada do agronegócio mais forte, sua relação com o aumento do desmatamento e com as possibilidades de desenvolvimento, passou a ser visto, de certa forma, como inexorável. Um caso, digamos, perdido para a monocultura.

Em torno dessas questões, houve esse debate com o David McGraph, motivado pela sua entrevista dada nas páginas amarelas da revista *Veja*. O discurso hegemônico sobre a Amazônia passou a ser a discussão ambiental e, a nosso ver, a análise da Amazônia precisa contemplar suas várias dimensões, em sua complexidade social, étnica e de saberes. E não alienígena. Enfim, acaba predominando uma visão parcial e reducionista da realidade na maior parte dos discursos produzidos sobre a Amazônia, sejam eles vindos da academia, da mídia, do Estado, de empresas; e, não poucas vezes, a pesquisa trafega como refém no meio desses discursos. E, por acabarem se generalizando esses discursos, chegaram ao ponto de influenciar uma boa parte do desenho da pós-graduação na Amazônia, pois é refém de um discurso ambientalista a-histórico. Eu acho que isso influenciou muito o Naea e a seleção de pessoas novas para a instituição. Isso levou, por exemplo, a uma guinada dentro das instituições do Estado,

do papel que tem a Secretaria Estadual do Meio Ambiente (Sema), as ONGs sociais e as universidades. Então, foi muito investimento nesta reorientação de pesquisas.

A tendência dessas discussões passa para controle territorial, ordenamento territorial, manejo, dispositivos legais de concessões da floresta, enfim, uma série de normas, uma judicialização da questão social e da questão ambiental. Vejo que foi uma perda, porque o Naea se afastou da realidade amazônica e deixou de produzir conhecimentos muito mais pertinentes e interpretativos. E passamos a ter uma produção de teses e dissertações com um teor crítico e construtivo da realidade menos significativo e impactante na produção do conhecimento. Florestan Fernandes disse uma vez que, enquanto todo mundo na década de 1950 só falava de desenvolvimento nacional, ele ficou estudando a formação da sociedade brasileira e a revolução burguesa no Brasil, para entender densamente esse país. Ele ficou tentando entender a relação do negro com o branco, a diferença de classes, outras questões que tinham a ver com a realidade brasileira, e não embarcou na ideologia nacional desenvolvimentista do período. Não quer dizer que o Naea não possa ter dado, ou dê agora, uma contribuição importante para o tema de desenvolvimento sustentável, mas, para isso, tem que se descolar do ideologismo verde. Isto arrastou um pouco a produção da época e, até hoje, tem na sua produção esse filtro do biologismo, um interesse por formas de mapeamento abstrato, fora do contexto social, cultural e político do território, um fascínio pela modelagem, como se a modelagem dissesse tudo; e, na verdade, a realidade é muito mais complexa, a gente não pode perder o pé da pesquisa empírica, da experiência vivida. Trabalhar a sociologia, a questão da identidade, das travessias e trânsitos de culturas tão diversas, por exemplo, questões que emergem e que fazem esta Amazônia ser o que ela é.

Eu tenho interesse em pensar sobre a diversidade das cidades nas fronteiras, a diversidade étnica, de experiências completamente diversas daquelas propostas por uma visão homogeneizante e simplificada de identidades nacionais. Ou seja, a natureza do conflito – ela é subordinada a uma percepção ambiental. Então, eu acho que são questões extremamente polêmicas, interpretações em disputas, que devem ser discutidas.

